



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2019

Título: Relatório de Atividades da CNPDPCJ 2019

Revisão: CNPDPCJ

Paginação: CNPDPCJ

Design da capa: CNPDPCJ

ISSN: 2184-6367

Agosto de 2019

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPCJ)

Praça de Londres, n.º 2 – 2.º

1049-056 Lisboa

Tel. (+351) 300 509 717 | 300 509 738

E-mail: cnpdpcj.presidencia@cnpdpcj.pt



www.cnpdpcj.gov.pt



www.facebook.com/CNPDPCJ



www.instagram.com/cnpdpcj



CNPDPCJ



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2019

Mensagem da Presidente

da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

Rosário Farmhouse

O ano de 2019 foi um ano muito especial em que celebrámos os 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança e os 20 anos da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo!

O impacto destas iniciativas na atividade da Comissão Nacional trouxe um acréscimo de trabalho, que muito ajudou a dar maior visibilidade à temática dos Direitos das Crianças a nível nacional.

Para além das iniciativas relacionadas com datas emblemáticas, como o Mês de Prevenção dos Maus Tratos na Infância, o Dia Europeu de Proteção de Crianças contra a Exploração e o Abuso Sexual ou o Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, foi também um ano de consolidação de vários projetos, como o da Formação (quer às CPCJ, quer a outras entidades de primeira linha) ou o Projeto Adélia (de Parentalidade Positiva). Ao mesmo tempo desenvolvemos outras iniciativas, como por exemplo o Projeto Bem-Estar, numa parceria com o Programa Nacional de Saúde Mental, ou o lançamento das candidaturas para o Conselho Nacional de Crianças e Jovens.

Também do ponto de vista organizacional, tivemos uma importante mudança na presidência da CNPDPCJ. A partir de agosto, a Dr.ª Maria João Fernandes assumiu o cargo de vice-presidente da Comissão Nacional, passando a liderar comigo a equipa e a ajudar a desenvolver a nossa importante missão.

Agradeço à equipa técnica operativa, às equipas técnicas regionais da CNPDPCJ o trabalho de excelência que desenvolveram, bem espelhado neste relatório. Agradeço igualmente aos inúmeros parceiros que nos ajudaram a desenvolver o objetivos traçados para o ano de 2019.

Porque os desafios continuam a ser muitos, na defesa do superior interesse da criança, continuamos a trabalhar empenhadamente para que, todos os dias, cada criança seja protegida e os seus direitos efetivamente promovidos!



Índice

1. Contribuir para a conceção e avaliação das políticas públicas de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens	10
1.1. Iniciativas de promoção dos direitos das crianças e jovens	11
1.2. Ações de divulgação da atividade da CNPDPCJ	21
2. Garantir um ambiente familiar protetor, promovendo a igualdade de oportunidades e o combate a todas as formas de discriminação	24
2.1. Planos e estratégias nacionais	25
2.2. Igualdade de oportunidades e combate a todas as formas de discriminação	26
2.3. Acesso à informação e à participação das crianças e jovens	30
3. Acompanhar, apoiar e avaliar as comissões de proteção de crianças e jovens	32
3.1. Organização e funcionamento da CNPDPCJ no apoio à qualificação da intervenção das CPCJ	33
3.2. Acompanhamento qualificado e de proximidade às CPCJ	34
3.3. Formação dos membros das CPCJ - plano plurianual de formação da CNPDPCJ	35
3.4. Medida de reforço de recursos humanos das CPCJ	37
4. Promover uma cultura organizacional de colaboração	38
4.1. Projetos/parcerias/reuniões de trabalho nacionais	39
4.2. Projetos/parcerias/reuniões de trabalho internacionais	41
5. Recursos humanos e financeiros	48
5.1. Recursos humanos	49
5.2. Formação interna	50
5.3. Recursos financeiros	51

Índice de tabelas

Tabela n.º 1 – Ações de formação específicas dirigidas às CPCJ e/ou ECMIJ	36
Tabela n.º 2 – Mobilidades de contratação e distribuição por género	49
Tabela n.º 3 – Ações de formação frequentadas por colaboradores/as da CNPDPCJ	50
Tabela n.º 4 – Execução orçamental de 2019	52
Tabela n.º 5 – Projetos cofinanciados	52

Índice de figuras

Figura n.º 1 – Cartaz da campanha do MPMTI	12
Figura n.º 2 – Laço azul humano	13
Figura n.º 3 – Cerimónia de entrega dos prémios na sala do Senado do Palácio de S. Bento	14
Figura n.º 4 – Convite oficina “Eu Vou Ser”	14
Figura n.º 5 – Lançamento do livro “Eu Vou Ser”	15
Figura n.º 6 – Kit de apoio “Implementar a participação das crianças”	16
Figura n.º 7 – Cartaz de divulgação da peça “Picos e Avelã: à descoberta da floresta do tesouro”	17
Figura n.º 8 – Fotografia da peça “Picos e Avelã: à descoberta da floresta do tesouro”	18
Figura n.º 9 – Cartaz da campanha nacional do 30.º Aniversário da CDC	19
Figura n.º 10 – Cerimónia comemorativa do 30.º Aniversário da CDC	20
Figura n.º 11 – Cerimónia comemorativa do 30.º Aniversário da CDC	20
Figura n.º 12 – Capa da Agenda da CNPDPCJ 2020	21
Figura n.º 13 – Edição comemorativa dos 30 anos da CDC e Protocolos Facultativos, com ilustração de Sandra Abafa	22
Figura n.º 14 – Edição da CDC com linguagem amiga das crianças, “Criança rima com esperança”, de Susana Amorim e ilustração de Almirante Reis	22
Figura n.º 15 – Cerimónia pública de entrega do Selo Protetor	27
Figura n.º 16 – Fotografias de Atividades “Adélia”	29
Figura n.º 17 – Encontro anual das CPCJ de 2019	34
Figura n.º 18 – Diagrama do circuito de articulação entre o SICAD e a CNPDPCJ	40
Figura n.º 19 – Capa do Relatório “We are children, hear us out!”	43
Figura n.º 20 – Capa da brochura “Uma avaliação de idade que respeita os direitos da criança”	44
Figura n.º 21 – Fotografia da divulgação oficial do Seminário	45

Índice de gráficos

Gráfico n.º 1 – Execução do Projeto Adélia (Eixo 1)	28
---	----

Siglas e Acrónimos

ACM – Alto Comissariado para as Migrações
CAHENF – Comité Ad Hoc para os Direitos da Criança
CAHENF-VAC – Grupo de Peritos sobre as Respostas à Violência Contra Crianças do Comité Ad Hoc para os Direitos da Criança
CAI – Comissariado dos Açores para a Infância
CE – Comunidade Europeia
CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança
CDT – Comissão de Dissuasão da Toxicodependência
CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
CML – Câmara Municipal de Lisboa
CNCJ – Conselho Nacional de Crianças e Jovens
CNPDCJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
CONSIG – Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRESC – Programa Operacional Regional do Algarve
CRM – Coordenação Regional da Madeira
DGAJ – Direção-Geral da Administração da Justiça
DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DGS – Direção-Geral da Saúde
ECMIJ – Entidade com Competência em Matéria da Infância e Juventude
EEA Grants – Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu
EMDR – *Eye Movement Desensitization and Reprocessing*
ENIND – Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação
ETR – Equipa Técnica Regional
GOP – Grandes Opções do Plano
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa
ISG – Instituto Superior de Gestão
LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
MPMTI – Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância
MTSSS – Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
ONU – Organização das Nações Unidas
PAIMH – Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens
PAVMVD – Plano de Ação para a Prevenção e Combate à Violência Contra as Mulheres e à Violência Doméstica
PAPCTSH – Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos
PLPPDCJ – Planos Locais Promoção e Proteção Direitos Crianças e Jovens
PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização
RCPP – Rede Consultiva de Políticas e Práticas
RTP – Rádio e Televisão de Portugal
SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SIGRP – Sistema Integrado de Gestão do Risco e Perigo
UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

Nota Introdutória

O Plano de Atividades aprovado para 2019 está alinhado com as Grandes Opções do Plano (GOP), nomeadamente aquelas que concorrem para as atribuições e competências da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ), bem como com os objetivos estratégicos constantes do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), formulados de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS).

Tendo presente aquele alinhamento, foram estabelecidos quatro objetivos estratégicos, que traduzem o sentido que a CNPDPCJ pretendia prosseguir, de acordo com a sua missão. Partindo destes objetivos, este relatório divide-se em quatro dimensões:

1. Contribuir para a conceção e avaliação das políticas públicas de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens;
2. Garantir um ambiente familiar protetor, promovendo a igualdade de oportunidades e o combate a todas as formas de discriminação;
3. Acompanhar, apoiar e avaliar as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);
4. Promover uma cultura organizacional de colaboração.

O ano de 2019, que assinalou o 30.º aniversário da Convenção dos Direitos da Criança, foi também marcado pelo exame do Comité dos Direitos da Criança, em Genebra, cuja liderança da delegação portuguesa foi assumida pela Presidente da CNPDPCJ, Rosário Farmhouse.

A comemoração deste aniversário, a 20 de novembro, foi distinguida pela divulgação da Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2020-2022, para consulta pública, que decorreu até ao dia 20 de janeiro de 2020.

A parentalidade positiva e a promoção da participação das crianças nas decisões públicas assumem-se como eixos estratégicos importantes da ação da Comissão Nacional no ano em revista. O projeto “Adélia”, cofinanciado pelo PO ISE, colocou em marcha os três eixos de ação, mobilizando Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e entidades com competência em matéria de infância e juventude (ECMIJ) dos territórios abrangidos, particularmente para o Eixo 1. Integrado neste projeto, o Conselho Nacional de Crianças e Jovens (CNCJ), cujo período de apresentação de candidaturas foi aberto a 20 de novembro de 2019, marcou o início de um processo de envolvimento de crianças e jovens de todas as regiões do país nas tomadas de decisão das diferentes áreas governativas.

Reforçando a capacitação e especialização dos membros das CPCJ, o plano plurianual de formação, financiado pelo PO ISE e CRESC Algarve e as demais formações específicas dirigidas às ECMIJ, promoveram a qualidade do trabalho junto das crianças, jovens, famílias e comunidades.

A par da execução dos objetivos operacionais inscritos no Plano de Atividades, este ano foi pontuado com a instalação da CPCJ de Portel, que vem totalizar 310 Comissões de Proteção. No exercício das competências que preconizam o acompanhamento e apoio às CPCJ, a CNPDPCJ promoveu auditorias junto de cinco Comissões de Proteção, deu resposta a 40 reclamações do livro amarelo, formulou 13 pareceres a propósito do prolongamento de mandatos dos seus membros e participou em diversas reuniões e grupos de trabalho, designadamente no grupo para anotação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP).

No cumprimento da sua missão, que prevê o desenho e proposta de contributos para a planificação da intervenção do Estado, a CNPDPCJ, analisou 6 propostas e projetos legislativos em matéria de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens.

**1. Contribuir
para a conceção
e avaliação das
políticas públicas
de promoção
e proteção dos
direitos das
crianças e jovens**

No ano de 2019, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, desenvolveu diversas campanhas e iniciativas a nível nacional, mobilizando as entidades com competência em matéria de infância e juventude (ECMIJ) e a comunidade. A promoção de iniciativas no âmbito do Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância (MPMTI), a celebração do 30.º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança e o Dia Europeu de Combate à Exploração e ao Abuso Sexual de crianças foram aquelas que apresentaram maior destaque.

1.1. Iniciativas de promoção dos direitos das crianças e jovens

Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância

Desde 2008 que, ao longo do mês de abril, a CNPDPCJ promove a campanha nacional do MPMTI, simbolizado internacionalmente por um laço azul. A CNPDPCJ tem vindo a empenhar-se em sensibilizar o país para a necessidade de cuidar e proteger as pessoas mais novas, apoiando as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) na dinamização das mais diversas atividades que envolvem crianças e jovens, as entidades com competência em matéria de infância e juventude, bem com a comunidade em geral.

“Serei o que me deres...Que seja amor” foi o mote da campanha no ano de 2019 que, em Lisboa, teve dois eventos que marcaram, respetivamente, a abertura e o encerramento do MPMTI. Estas atividades foram desenvolvidas em parceria com a Assembleia da República, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e a Rádio e Televisão de Portugal (RTP).

A sessão de abertura do Mês da Prevenção realizou-se no dia 1 de abril, em parceria com a CML, no auditório da Ordem dos Contabilistas Certificados. Esta iniciativa contou com a presença de várias entidades ligadas à prevenção dos maus-tratos na infância, envolvendo a participação de 215 pessoas.

A sessão de encerramento teve lugar nas escadarias da Assembleia da República, a 30 de abril, com a formação de um laço azul humano que reuniu 900 crianças e professores/as de escolas da área de Lisboa. Foi ainda realizado um *spot* de divulgação da campanha nos canais de rádio e televisão do grupo RTP.

<https://youtu.be/AcQNGpi-hdw>

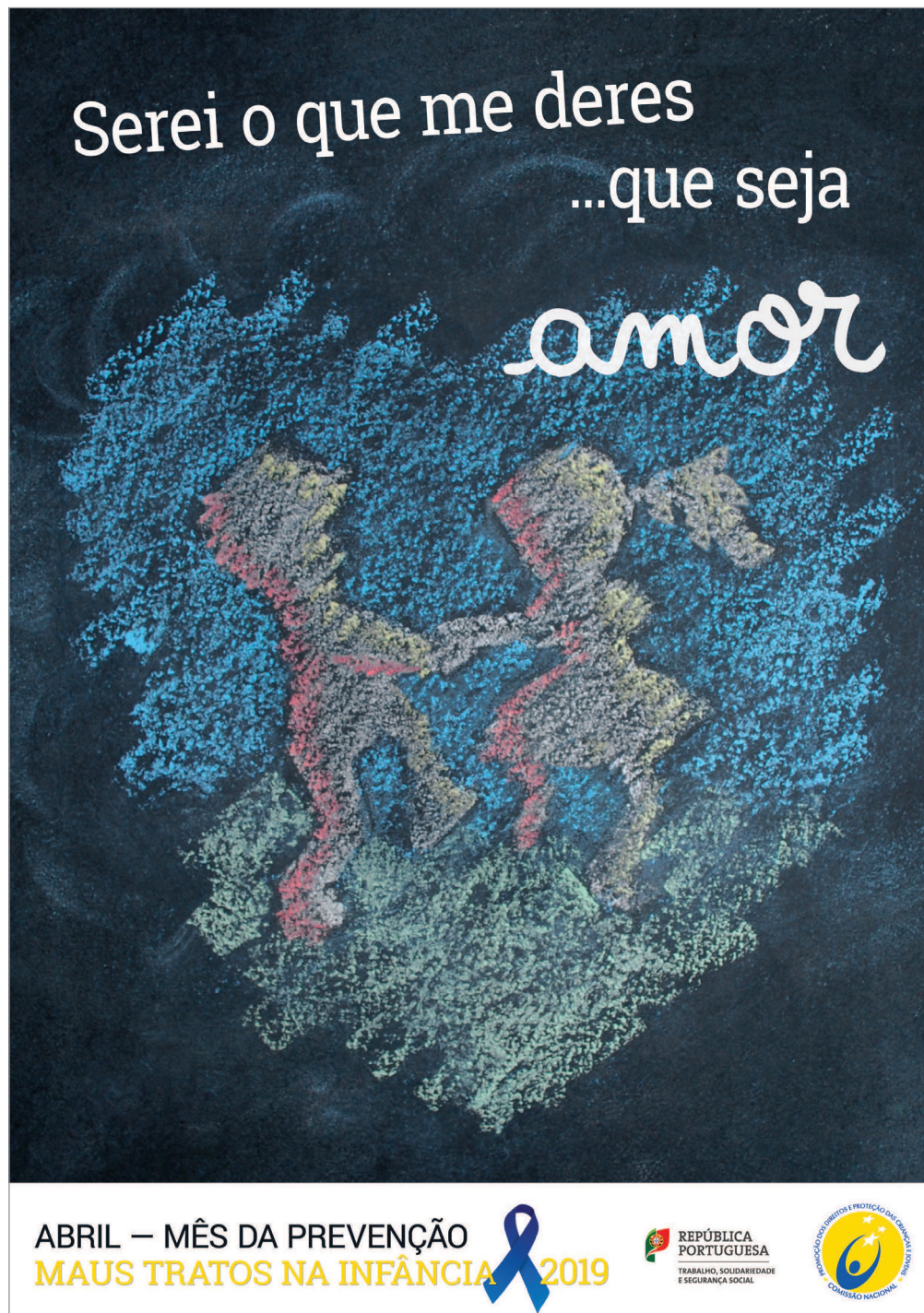


Figura n.º 1

Cartaz da campanha do MPMTI



Figura n.º 2

Laço azul humano

Prémio de jornalismo “Os Direitos da Criança em Notícia”

O Fórum sobre os Direitos das Crianças e dos/as Jovens, que reúne diversas entidades relacionadas com os direitos das crianças e jovens, do qual a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens é parceira, criou o Prémio de Jornalismo “Os Direitos da Criança em Notícia”.

Apoiado pela SPA – Sociedade Portuguesa de Autores, este prémio destina-se a profissionais dos meios de comunicação social portugueses, que tenham produzido trabalhos publicados em Portugal. No ano de 2019 foram reconhecidas as produções jornalísticas divulgadas na imprensa/online, rádio e televisão, que tiveram em conta a promoção e divulgação dos direitos da criança, numa perspetiva crítica, pluralista e inclusiva.

A cerimónia de entrega do prémio, que decorreu no dia 30 de abril envolveu 150 participantes, na maioria crianças. O evento realizou-se na sala do Senado do Palácio de São Bento, contando com o apoio da Assembleia da República.

Estiveram a concurso 36 trabalhos e foram entregues os seguintes prémios:

- dois prémios e três menções honrosas na categoria de imprensa;
- dois prémios e uma menção honrosa na categoria de televisão;
- um prémio e duas menções honrosas na categoria de rádio;
- um prémio na categoria *online*.



Figura n.º 3

Cerimónia de entrega dos prémios na sala do Senado do Palácio de São Bento

Dia da Criança - Oficina “Eu Vou Ser” na Feira do Livro de Lisboa

Integrada na Feira do Livro de Lisboa foi desenvolvida uma oficina criativa com o ilustrador André Letria. Esta oficina, teve por base o livro infantil “Eu Vou Ser”, com história de José Jorge Letria e ilustrações de André Letria.

Esta obra, que resulta de uma parceria entre a CNPDPCJ e a editora Pato Lógico, veio a ser apresentada a 10 de dezembro, na sede da editora. Esta iniciativa contou com a presença dos autores e da Presidente da CNPDPCJ, bem como com a participação de 30 crianças de uma escola de Lisboa.



Figura n.º 4

Convite Oficina “Eu Vou Ser”



Figura n.º 5

Lançamento do livro “Eu Vou Ser”

[Vídeo da apresentação do livro](#)

Dia Europeu sobre a Proteção das Crianças Contra a Exploração e o Abuso Sexual

A decisão de dedicar o dia 18 de novembro à proteção das crianças contra a exploração e o abuso sexual resulta da campanha do Conselho da Europa *One in five*, associada a um estudo que revelou que uma em cada cinco crianças na Europa é vítima de alguma forma de violência ou exploração sexual. A violência sexual contra as crianças pode assumir várias formas: abuso sexual no círculo familiar ou fora dele, pornografia e prostituição infantil, corrupção e solitação sexual ou aliciamento sexual via internet.

A Comissão Nacional tem continuado o seu empenho na dinamização da comemoração, a nível nacional, do Dia Europeu Sobre a Proteção das Crianças Contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual, criado pelo Conselho da Europa em 2015, que visa ampliar o impacto na promoção dos direitos das crianças e jovens neste domínio.

Anualmente, todos os Estados-membros são encorajados a centrar as suas atividades alusivas a esse dia na temática escolhida, para que a promoção dos direitos e proteção das crianças nesta área seja mais efetivo, à escala nacional e europeia.

No âmbito desta campanha, a CNPDPCJ adaptou e divulgou pelas CPCJ o material técnico preparado pelo Conselho da Europa, com a tradução de um *kit* de apoio à facilitação de iniciativas que privilegiem a dimensão da participação das crianças e jovens.

Contribuindo para o reforço da implementação da Estratégia do Conselho da Europa para combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças mediante a sensibilização para a temática junto da comunidade escolar, foram dinamizadas duas sessões de trabalho com professores e estudantes de um estabelecimento escolar em Lisboa. As sessões envolveram um grupo de mais de duas dezenas de alunos de diversas nacionalidades, e foram dinamizadas em torno da sensibilização para a importância do desenvolvimento de ações lideradas por crianças e jovens, integrando, simultaneamente, a temática em apreço e o aspeto da participação.



Figura n.º 6

Kit de apoio “Implementar a participação das crianças”

Por seu turno, para assinalar este dia, a Comissão Nacional, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, organizou a apresentação da peça de teatro “Picos e Avelã – Descobrindo a Floresta do Tesouro” dirigida a crianças do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico. O texto desta peça gira em torno da prevenção do abuso sexual de crianças; são abordados mecanismos de defesa e veiculada uma mensagem de empoderamento para reporte destas situações. Nesta iniciativa, estiveram presentes cerca de 200 crianças com idades compreendidas entre os três e os 10 anos.



Figura n.º 7

Cartaz de divulgação da peça “Picos e Avelã: à descoberta da floresta do tesouro”

**Figura n.º 8**

Fotografia da peça “Picos e Avelã: à descoberta da floresta do tesouro”

Comemoração do 30.º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)

A CNPDPCJ tem vindo a amplificar a mensagem que a Convenção dos Direitos da Criança corporiza, promovendo a adesão de todas as instituições públicas e privadas, ECMIJ e CPCJ à campanha nacional “Estendal dos Direitos”.

Esta campanha visa fomentar o conhecimento da sociedade civil acerca da Convenção sobre os Direitos da Criança, bem como consciencializar as crianças e jovens para o respeito e cumprimento dos seus direitos.

A ação comemorativa realizou-se no Pavilhão das Galeotas do Museu de Marinha, em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, a Estrutura de Missão da Comemoração dos 500 anos da Viagem de Circum-Navegação de Fernão Magalhães e a RTP.

Contou com a presença do Presidente da República e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Nesta ação foram apresentadas duas publicações da Comissão Nacional: a edição comemorativa dos 30 anos da Convenção dos Direitos da Criança, bem como a versão com linguagem amiga das crianças: “Criança rima com esperança”. Esta iniciativa contou com a participação de 250 pessoas.

A esta ação associou-se a iniciativa bilateral “Promover a proteção dos direitos das crianças em áreas prioritárias”, financiada pelo Fundo de Relações Bilaterais dos EEA Grants, que envolve Portugal através da Comissão Nacional, enquanto entidade promotora, e a Noruega, através da Agência para o Bem-Estar das Crianças e das famílias do Município de Oslo, enquanto entidade parceira.



Figura n.º 9

Cartaz da campanha nacional do 30.º aniversário da CDC



Figuras n.º 10 e 11

Cerimónia comemorativa
do 30.º Aniversário da
CDC

1.2. Ações de divulgação da atividade da CNPDPCJ

Agenda da CNPDPCJ

A agenda da CNPDPCJ foi elaborada tendo por base o projeto de parentalidade positiva “Adélia”, procurando pontuar a importância desta temática, ao longo do ano de 2020, sensibilizando as entidades e comunidade em geral para a necessidade da capacitação parental proporcionadora de relações parentais consolidadas e protetoras.

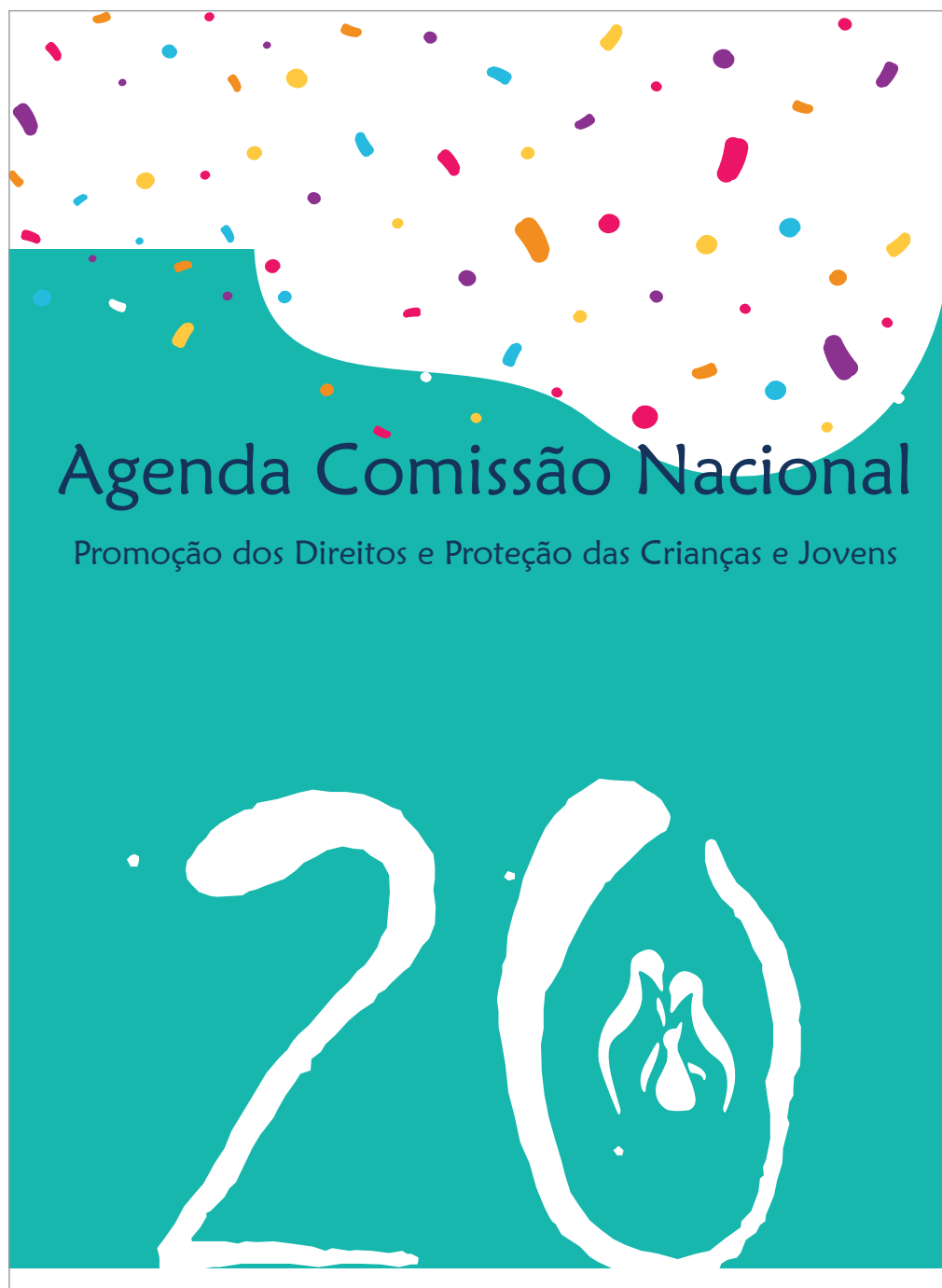


Figura n.º 12

Capa da Agenda da
CNPDPCJ 2020

Spot para Rádio e Televisão

Foram elaborados [spots para Rádio e Televisão](#) comemorativos dos 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Edição comemorativa da CDC

Para assinalar o trigésimo aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança, a Comissão Nacional editou, em 2019, duas versões deste documento jurídico internacional: uma versão da CDC e Protocolos Facultativos, com ilustração de Sandra Abafa e uma versão com linguagem amiga das crianças, “Criança rima com esperança”, de Susana Amorim e ilustração de Almirante Reis.



Figura n.º 13

Edição comemorativa dos 30 anos da CDC e Protocolos Facultativos, com ilustrações de Sandra Abafa

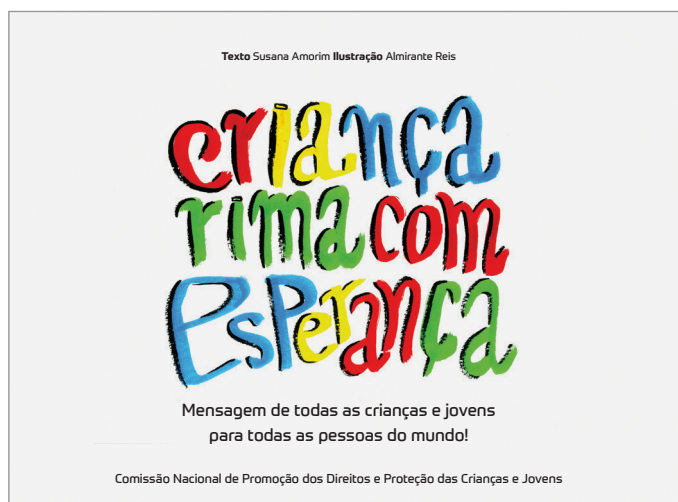


Figura n.º 14

Edição da CDC com linguagem amiga das crianças, “Criança rima com esperança”, de Susana Amorim e ilustrações de Almirante Reis

**2. Garantir
um ambiente
familiar protetor,
promovendo a
igualdade de
oportunidades
e o combate a
todas as formas
de discriminação**

Neste ponto do relatório, pretende-se espelhar o trabalho desenvolvido no âmbito da prevenção e combate a todas as formas de violência, através de medidas promotoras de igualdade de oportunidades e de combate a todas as formas de discriminação nos vários contextos em que as crianças e jovens estão inseridas/os.

Assim, no ano em análise, destaca-se a implementação do projeto de parentalidade positiva, *Adélia*, bem como o lançamento da primeira edição do Conselho Nacional de Crianças e Jovens, que pretende ser um programa de referência nacional no que refere à participação das crianças e jovens.

De realçar também, a participação ativa da CNPDPCJ na concretização dos objetivos das diferentes estratégias e nos planos nacionais em vigor, contribuindo para uma abordagem integrada, através da colaboração e coordenação de esforços.

2.1. Planos e estratégias nacionais

A CNPDPCJ mantém a sua colaboração e contributo no âmbito dos planos nacionais que integram a estratégia nacional para a igualdade e a não discriminação 2018-2020 (ENIND) "[Portugal + Igual](#)".

Em particular, nos planos que definem objetivos estratégicos e específicos em matéria de:

- não discriminação em razão do sexo e igualdade entre as mulheres e homens (plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens 2018-2021 – PAIMH);
- prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género, e violência doméstica (plano de ação para a prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica 2018-2021 – PAVMVD).

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) é a entidade coordenadora da ENIND e dos respetivos planos, bem como do IV plano de ação para a prevenção e o [combate ao tráfico de seres humanos 2018-2021](#) (PAPCTSH).

No âmbito da ENIND e do PAPCTSH, a CNPDPCJ integrou, no ano de 2019, três grupos de trabalho, ainda em curso, para a concretização de medidas inscritas nos Planos, nomeadamente o grupo de trabalho para a atualização do manual sobre Mutilação Genital Feminina; o grupo de trabalho para a conceção do guia de intervenção integrada junto de crianças e jovens vítimas de violência doméstica e o grupo de trabalho para a conceção do Protocolo para a definição de procedimentos de atuação destinado à prevenção, deteção e proteção de crianças e jovens vítimas de tráfico de seres humanos.

A CNPDPCJ integra o conselho consultivo para a integração das comunidades ciganas (CONCIG) que coadjuva o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), na implementação da [estratégia nacional para a integração das comunidades ciganas, 2013-2022](#).

A implementação do [plano nacional para a juventude 2018-2021](#), coordenado pelo Instituto Português de Juventude e Desporto, I. P., conta, também, com a participação ativa da CNPDPCJ.

2.2. Igualdade de oportunidades e combate a todas as formas de discriminação

Selo Protetor: Garantir os direitos da criança em todos os contextos de vida



O Selo Protetor constitui-se como um sistema integrado de gestão do risco e perigo e representa uma oportunidade de autodiagnóstico e capacitação dirigida às ECMIJ, de acordo com o previsto no Artigo 7.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Inspirado em experiências nacionais e internacionais já testadas, particularmente no modelo australiano *The Blue Card System*, este programa foi desenhado para fornecer informação e orientação que auxilia as entidades que trabalham com crianças e jovens.

O Selo Protetor tem como objetivos:

- Distinguir as ECMIJ que implementem boas práticas ao nível da promoção dos direitos da criança;
- Identificar e disseminar boas práticas de promoção dos direitos da criança, numa ótica de inovação e desenvolvimento de uma cultura colaborativa e preventiva;
- Garantir um ambiente seguro, onde as crianças e jovens possam receber apoio e participar em atividades essenciais ao seu bom desenvolvimento e bem-estar;
- Capacitar as ECMIJ para uma atuação com base nos princípios da governação integrada, assentes na construção da confiança e nos quatro fatores críticos de sucesso: liderança, colaboração/participação, comunicação e monitorização/avaliação;
- Facilitar a concretização da Estratégia Nacional para os Direitos da Criança.

Foram distinguidas como protetoras as entidades que desenvolveram os seguintes oito requisitos: declaração de compromisso, código de conduta, procedimentos específicos para recrutamento, seleção e formação dos colaboradores, plano estratégico de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens, plano de gestão de atividades de alto risco, políticas e procedimentos para sinalizar e gerir as situações de maus-tratos, plano estratégico de comunicação e colaboração, e equipa coordenadora do sistema integrado de gestão do risco e perigo (SIGRP).

No ano de 2019, das 45 candidaturas apresentadas, foram distinguidas 27 entidades a quem foi atribuído o Selo Protetor.

**Figura n.º 15**

Cerimónia pública de entrega do Selo Protetor

Projeto de parentalidade positiva “Adélia”



PROJETO **PARENTALIDADE POSITIVA**

O projeto de Apoio à Parentalidade Positiva é cofinanciado pelo PO ISE, que estabelece como áreas de implementação as NUTS II, Norte, Centro e Alentejo. Este projeto propõe uma intervenção assente num modelo sistémico e bioecológico que contribua para a capacitação de profissionais das CPCJ e de ECMIJ. O objetivo final é a capacitação parental de famílias, através da materialização de uma rede formal promotora dos direitos da criança que promova relações parentais consolidadas e protetoras.

O Projeto “Adélia” propõe ações que visam qualificar o sistema nacional de proteção na infância, através de uma intervenção preventiva, baseada num diagnóstico atempado e objetivo, bem como através da melhoria da

comunicação entre as várias entidades envolvidas na promoção da parentalidade e no trabalho com as famílias. Aposta-se nos Planos Locais de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPPDCJ), baseados na participação efetiva das crianças e jovens, construídos em colaboração com as ECMIJ locais.

A elaboração de um Plano Local proporciona a articulação entre as várias entidades (públicas e privadas), levando à complementaridade de medidas ou ações, implementadas num mesmo território, tendo como objetivo comum responder às necessidades e pôr em prática os direitos das crianças e jovens.

Destacam-se, seguidamente, algumas das atividades desenvolvidas durante o ano de 2019:

- 15 *workshop* com as CPCJ, para apresentação e discussão dos instrumentos de diagnóstico local, propostos para a elaboração do PLPPDCJ;
- Três ações de capacitação técnica (formação), com a duração de 21 horas cada, no âmbito dos Programas “Anos Incríveis” e “Mais família Mais Jovem”;
- 204 reuniões de acompanhamento presencial com as CPCJ e 34 com entidades externas.

Com vista à dinamização dos programas referidos, foram celebrados 29 protocolos colaborativos entre a CNPDPCJ e diversas ECMIJ.

Durante o ano de 2019, foram dinamizadas 212 CPCJ, 168 das quais aderiram ao projeto. Estas CPCJ irão desenvolver PLPPDCJ, que envolvam a participação das crianças e jovens, garantindo estratégias de apoio a uma parentalidade responsável e positiva informadas em evidências.

O gráfico abaixo sintetiza as metas de execução do projeto previstas e os resultados alcançados, verificando-se que, no conjunto dos três territórios foram, assim, superadas as metas previstas (de dinamização de 170 CPCJ e de adesão ao projeto de 153), uma vez que, como acima referido, foram dinamizadas 212 CPCJ, das quais 168 aderiram ao projeto.

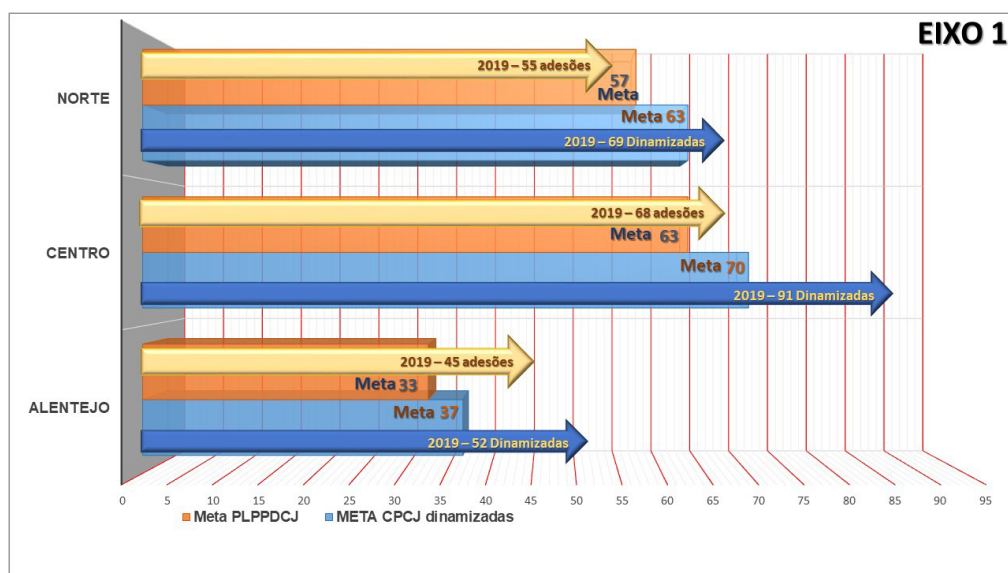


Gráfico n.º 1

Execução do projeto
Adélia (Eixo 1)



Figura n.º 16
Fotografias de atividades
"Adélia"

O bem-estar no sistema de proteção em Portugal

Este projeto conta com a parceria da CNPDPCJ e é promovido pelo Programa Nacional para a Saúde Mental, Direção Geral da Saúde (DGS) pretendendo dar destaque às questões de saúde mental no sistema de promoção e proteção.

Tem como objetivos:

- Elaborar o diagnóstico da realidade do Bem-Estar em crianças e jovens com medida de promoção e proteção, assim como avaliar a sua autoestima e satisfação com a vida;
- Avaliar o Burnout e o stress laboral dos técnicos das CPCJ com maior volume processual de Portugal;
- Capacitar as equipas técnicas das CPCJ na prevenção da saúde mental;
- Dotar as equipas das CPCJ de instrumentos de avaliação de saúde mental em populações em situação de vulnerabilidade.

Este projeto envolveu, no ano de 2019, 468 Técnicos de CPCJ de todos os distritos de Portugal continental, 668 crianças e jovens e 462 horas de formação, no âmbito das temáticas “O novo perfil de crianças e jovens no sistema de proteção português” e “Prevenção do burnout e promoção do bem-estar do técnico da CPCJ”.

2.3. Acesso à informação e à participação das crianças e jovens

Conselho Nacional de Crianças e Jovens



O Conselho Nacional de Crianças e Jovens (CNCJ) é uma iniciativa da CNPDPCJ, cofinanciada pelo PO ISE, no âmbito do Projeto Parentalidade Positiva.

Trata-se de um programa que pretende dar voz às experiências, preocupações, necessidades e expectativas das crianças e jovens. Este Conselho desempenhará um papel importante no estabelecimento de pontes com as suas comunidades locais e a sua ação deverá ter impacto nas políticas públicas e de transformação social, ao mesmo tempo que promove o intercâmbio de experiências entre as crianças e jovens de diversos pontos do país.

Os principais objetivos são:

- Promover o acesso a crianças e jovens a novos espaços de participação social e política;

- Desenvolver nas crianças e jovens competências comunicacionais, de relacionamento interpessoal e de reflexão crítica;
- Proporcionar o diálogo entre as crianças e jovens e decisores políticos;
- Formar e sensibilizar os/as participantes relativamente às temáticas tratadas pela CNPDPCJ, nomeadamente os Direitos da Criança;
- Promover o intercâmbio de experiências entre as crianças e jovens de diversos pontos do país.

Este programa é dirigido a todas as crianças e jovens residentes em território nacional (regiões do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira) com idades compreendidas entre os 8 e 17 anos.

No âmbito da sessão comemorativa da celebração da Convenção foi oficialmente lançado o período de candidaturas para a primeira edição do CNCJ, que decorreu entre 20 de novembro de 2019 e 20 de janeiro de 2020.

Vídeo de divulgação do período de [candidaturas à 1.ª edição do CNCJ](#).

**3. Acompanhar,
apoiar e avaliar
as comissões de
proteção de
crianças e jovens**

No âmbito deste objetivo, e com o intuito de melhorar a qualidade do trabalho preventivo e protetivo levado a cabo pelas CPCJ, a CNPDPCJ traçou três linhas estratégicas:

- Assegurar o acompanhamento e avaliação das CPCJ e facultar-lhes diretrizes adequadas a um desempenho eficiente e eficaz da sua missão;
- Assegurar a existência dos recursos necessários para o cumprimento eficaz e eficiente da missão das CPCJ;
- Promover a formação e qualificação dos membros das CPCJ.

3.1. Organização e funcionamento da CNPDPCJ no apoio à qualificação da intervenção das CPCJ

Reuniões e Encontros

Em 2019, o Conselho Nacional da CNPDPCJ reuniu oito vezes na sua modalidade restrita e quatro na modalidade alargada. Para além da discussão de questões inerentes às funções de coordenação estratégica da promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens, formularam-se recomendações técnicas dirigidas às CPCJ, nomeadamente no âmbito da competência da sua modalidade restrita – gestão de processos e das comunicações de situações de perigo por pessoas individuais (fora das suas obrigações profissionais) em que tenha sido solicitado o anonimato. Foi ainda emitida uma recomendação a propósito da definição e implementação dos tempos de afetação, bem como sobre os procedimentos a adotar nos casos de crianças e jovens em contexto de homicídio em violência doméstica.

Ao longo do ano em revista, a presidência da CNPDPCJ promoveu a realização de 16 Encontros Regionais, dirigidos aos membros de todas as CPCJ das regiões correspondentes, tendo como objetivos conhecer e discutir as necessidades e desafios de cada território. Destes, três decorreram na região Norte, quatro no Centro, três na região de Lisboa, Santarém e Setúbal, três no Alentejo, dois no Algarve e um na Região Autónoma da Madeira. Estes encontros promoveram a reflexão sobre o trabalho desenvolvido pelas CPCJ, favorecendo a partilha de práticas, expectativas e necessidades.

Quanto à dinâmica organizacional interna, realizaram-se 10 reuniões com a Equipa Técnica Operativa e as Equipas Técnicas Regionais.

Relatório de avaliação e Encontro Anual das CPCJ

Conforme o disposto no n.º 5 do artigo 32.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), na sua redação atual, a CNPDPCJ promoveu a realização do Encontro Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, com base na divulgação e análise do relatório relativo a 2018.

Este relatório pretende refletir o trabalho levado a cabo pelas mesmas, constituindo-se como um retrato da atividade preventiva e protetiva por elas desenvolvida. Este documento é também um importante instrumento de análise e reflexão que permite equacionar os desafios existentes na área de intervenção das CPCJ, suas necessidades e potencialidades, bem como o impacto das medidas aplicadas para transformar a vida das crianças e jovens, sendo um contributo precioso para a definição de políticas públicas e implementação de boas práticas em torno da promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens.

O **Encontro Anual de 2019**, importante momento de reflexão e formação, foi realizado em Tavira, entre 22 e 24 de maio, com o tema “CPCJ – Valorizar o passado, construir o futuro”, tendo contado, aproximadamente, com 600 participantes, entre oradores, convidados e membros das CPCJ.

**Figura n.º 17**

Encontro anual das CPCJ de 2019

Revisão da tipologia de categorias de perigo

Durante o ano de 2019, a CNPDPCJ deu continuidade ao processo de revisão da tipologia das categorias de perigo, através de um grupo de trabalho interno, designado para o efeito, contando com consultadoria científica externa.

Pretendeu-se elaborar uma proposta legalmente sustentada – em harmonia com as situações de perigo referidas no artigo 3.º da LPCJP, fundamentada cientificamente, de operacionalização fácil, pertinente para o contexto nacional específico a que se destina e com correspondência clara com as anteriores categorias e subcategorias. O desenvolvimento desta proposta encontra-se em curso, prevendo-se o envolvimento das diversas áreas representadas no Conselho Nacional e a implementação de um projeto piloto junto de uma amostra de CPCJ, constituída com base em critérios como a média de processos ativos e o equilíbrio geográfico.

3.2. Acompanhamento qualificado e de proximidade às CPCJ

No ano de 2019, as cinco Equipas Técnicas Regionais (ETR), responsáveis pela representação, formação e acompanhamento das 310 CPCJ, em conjunto com a Coordenação Regional da Madeira (CRM) e o Comissariado dos Açores para a Infância (CAI), incrementaram o apoio direto e de proximidade à atividade das CPCJ do seu território.

Tal traduziu-se, nomeadamente, na realização de reuniões presenciais com as CPCJ, mas também de outras reuniões com os serviços nelas representados, designadamente com os das áreas da segurança social, educação, saúde, administração interna e do respetivo Município, e ainda reuniões com os representantes do Ministério Público e outras ECMIJ.

Paralelamente, a CNPDPCJ deu continuidade ao processo de preparação do modelo de avaliação das CPCJ, com o intuito de conceber instrumentos que permitam a monitorização e avaliação do desempenho das atividades das comissões de proteção. Desta forma, é possível contribuir para que o seu nível de intervenção seja cada vez mais protetivo.

Descreve-se, de seguida, as reuniões realizadas por região:

- **Região Norte**
Reuniões presenciais com as CPCJ: 32
Reuniões com entidades externas: 12
- **Região Centro**
Reuniões presenciais com as CPCJ: 22
Reuniões com entidades externas: 7
- **Região de Lisboa, Santarém e Setúbal**
Reuniões presenciais com as CPCJ: 83
Reuniões com entidades externas: 39
- **Região do Alentejo**
Reuniões presenciais com as CPCJ: 46
Reuniões com entidades externas: 8
- **Região Algarve**
Reuniões presenciais com as CPCJ: 23
Reuniões com entidades externas: 19

3.3. Formação dos membros das CPCJ – plano plurianual de formação da CNPDPCJ

Em 2019, a CNPDPCJ deu continuidade ao plano plurianual de formação, financiado pelo PO ISE e pelo CRESC Algarve, a decorrer entre 2018 e 2020, com uma duração de 36 meses e prevendo abranger 15 000 formandos.

Este plano, dirigido a membros das CPCJ das regiões Norte, Centro, Alentejo e Algarve, foi concebido com ênfase na aquisição e aperfeiçoamento das suas competências técnicas e legais relativas à intervenção junto das crianças e jovens e suas famílias, organizado em cursos de curta duração, objetivando a melhoria estruturante da sua capacidade de intervenção.

O plano de formação da CNPDPCJ tem, assim, por objetivos organizacionais:

- Contribuir para a melhoria do serviço das CPCJ, através da identificação e análise da relação do quadro legal do sistema de promoção e proteção dos direitos da criança que orienta e baliza a montante a intervenção/atividade das comissões de proteção no seu todo;
- Enquadrar metodologicamente as intervenções das CPCJ e uniformizar a atuação através de práticas e procedimentos estabilizados, reforçando, assim, a qualidade do serviço prestado junto das crianças e jovens, suas famílias e comunidade;
- Contribuir para a desmaterialização do processo físico de promoção e proteção de crianças, através do recurso a ferramentas informáticas já disponibilizadas, permitindo uma monitorização mais eficaz da atividade e a obtenção de resultados fidedignos a nível nacional, cujas conclusões podem sustentar a tomada de medidas junto dos representantes ministeriais e/ou linhas políticas no âmbito dos direitos da criança;
- Possibilitar que as competências adquiridas sejam partilhadas e discutidas entre técnicos/as e profissionais das CPCJ, potenciando, deste modo, um diálogo transversal, a disseminação de boas práticas, a interajuda entre pares e o estabelecimento de bases de entendimento para a prossecução de uma cada vez melhor intervenção na defesa dos direitos da criança;
- Conceber, como produto final do plano de ação, um recurso pedagógico que reúna a globalidade dos saberes a mobilizar por técnicos/as e profissionais das CPCJ, que subsista temporalmente e esteja ao dispor dos futuros membros a integrar as Comissões (preferencialmente guiando-se pelas inovações tecnológicas disponíveis neste âmbito e que potenciem a interatividade entre formando e produto, tornando a aprendizagem mais

apelativa).

A Área Metropolitana de Lisboa também promoveu ações de formação para os membros das CPCJ dos respetivos territórios.

Designação dos cursos:

- Curso I – Enquadramento do Sistema de Proteção de Crianças e Jovens
- Curso II – Avaliação e Intervenção no Sistema de Proteção
- Curso III – Processo de Promoção e Proteção no Sistema de Gestão das CPCJ
- Curso IV – Aprofundamento da Lei de Promoção e Proteção e Estudo de Caso
- Curso V – Módulos Temáticos Específicos
- Curso VI – Módulos Temáticos Abertos

No âmbito dos módulos temáticos, foram dinamizados dois cursos noutras regiões do país:

- “Abordagem teórica em matéria de maus tratos ou outras situações de perigo – avaliação e diagnóstico de maus tratos em crianças e jovens” na região do Algarve e Alentejo;
- “Interculturalidade – história e cultura Cigana” na região Norte, Centro e Alentejo.

Os cursos, bem como os conteúdos dos respetivos manuais, foram criados, desenvolvidos e dinamizados pela CNPDPCJ.

As ações de formação concretizadas em 2019 abrangeram um total de 2753 membros de 226 CPCJ, com seguinte distribuição geográfica:

- Região Norte: 43 ações de formação com 667 participantes;
- Região Centro: 64 ações com 1095 participantes;
- Região Alentejo: 51 ações com 772 participantes;
- Região Algarve: 14 ações com 219 participantes.

Face ao número de ações planeadas e considerando o número de participantes nos cinco cursos previstos, verificou-se a seguinte taxa de execução do plano de formação em cada região: Região Norte – 45%; Região Centro – 43%; Região do Alentejo – 49%; e Região do Algarve – 48%.

Outras ações de formação

Os cursos de formação foram complementados por ações de formação sobre temáticas específicas, com interesse para o desenvolvimento da atividade das CPCJ e das ECMIJ, ministradas por profissionais da CNPDPCJ. Estas ações de formação específicas, solicitadas e organizadas pelas próprias CPCJ ou por ECMIJ, em parceria com autarquias e outros parceiros, durante o ano de 2019, são apresentadas na tabela n.º 1.

Tabela n.º 1

Ações de formação específicas dirigidas às CPCJ e/ou ECMIJ

Temática	Número de participantes
Intervenção Integrada pelo Fim da Mutilação Genital Feminina	199
Avaliação e Diagnóstico dos Maus Tratos/Abusos contra Crianças e Jovens	826
Proteção de Crianças e Adolescentes em contexto de Violência Familiar	119
Maus Tratos e Parentalidade Positiva	57

Temática	Número de participantes
Sistema de Proteção de Crianças e Jovens – Melhor Conhecer para Melhor Intervir	1 105
Bons Tratos – Parentalidade Positiva	83
Violência Doméstica – Crime de Cenário	132
Maus Tratos na Infância – Conhecer os Sinais para Melhor Proteger	115
Crianças e Jovens em Contexto de Violência Doméstica	77
Violência interpessoal ao longo do Ciclo de Vida	142
Curso de Prevenção e Intervenção Policial em Violência Doméstica para Oficiais e Chefes com competência de Chefia e Coordenação	70
Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens/Violência Doméstica	150
Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens – Papel da PSP – Colaboração com as CPCJ	180
Abuso Sexual de Crianças e Jovens	85
Proteção de Crianças e Jovens (curso aperfeiçoamento em autoridade marítima)	40
Prevenção Criminal, Policiamento Comunitário e Direitos Humanos	85

Workshops no âmbito da aplicação informática – “A Aplicação”

No âmbito do processo de construção de uma nova plataforma informática de gestão processual e gestão de CPCJ, foi desenvolvido um plano de consulta às CPCJ, através da realização de 20 *workshops* que tiveram lugar em diversas cidades de Portugal continental. Estes encontros tiveram como objetivo conhecer as funcionalidades que as comissões gostariam de ver inscritas na aplicação, bem como recolher sugestões relativas a funcionalidades e *workflow* no processo de promoção e proteção.

Assim, entre os meses de março e junho do ano em análise, foram auscultados 283 membros de 246 CPCJ de Portugal continental que manifestaram interesse em participar nos *workshops*.

Das sugestões recolhidas relativamente ao Processo de Promoção e Proteção que podem ser implementadas na aplicação atual, estão algumas já integradas e outras em processo de execução de proposta para inclusão.

Ainda neste âmbito, a CNPDPCJ foi convidada pelo CAI a participar no seu encontro regional de apresentação do relatório regional de avaliação das CPCJ, que se realizou de 15 a 17 de maio. Neste contexto, foi dinamizado o mesmo *workshop*, que contou com a presença de 70 membros das 19 CPCJ da Região Autónoma dos Açores.

No seguimento deste *workshop* decorreu, em junho de 2019, uma formação dirigida a profissionais do Comissariado dos Açores para a Infância (CAI), no âmbito da aplicação informática, suas funcionalidades e alterações realizadas até então e à plataforma de estatística da Segurança Social.

3.4. Medida de reforço de recursos humanos das CPCJ

No âmbito dos deveres-poderes da CNPDPCJ relativamente ao suprimento da capacidade protetiva das comissões de proteção de crianças e jovens, foram celebrados, em 2019, protocolos de cooperação com 26 municípios e 11 IPSS, cujo objeto determinou a afetação de 64 elementos técnicos para apoio à atividade de 36 CPCJ na modalidade restrita, conforme previsto no artigo 20.º – A da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

**4. Promover
uma cultura
organizacional de
colaboração**

A CNPDPCJ, no âmbito das suas competências, estabelece redes e parcerias, interagindo com entidades públicas, privadas e da sociedade civil, de âmbito nacional e internacional, num trabalho colaborativo, que possibilita uma partilha de práticas e novas aprendizagens e contribui para a capacitação de todos/as os/as intervenientes que integram o sistema de promoção e proteção, em particular, as entidades locais. No decorrer de 2019, a CNPDPCJ deu continuidade aos grupos de trabalho e programas de intervenção nos quais já vinha participando e estabeleceu novas relações, nacionais e internacionais, que contribuirão para o desenvolvimento do seu trabalho.

4.1. Projetos/parcerias/reuniões de trabalho nacionais

Laboratório colaborativo ProChild CoLAB – O ProChild Against Poverty and Social Exclusion CoLAB

Enquanto parceiro informal, a CNPDPCJ integra o laboratório colaborativo “ProChild CoLAB – O ProChild Against Poverty and Social Exclusion CoLAB”.

O [ProChild CoLAB](#) pretende desenvolver uma estratégia nacional no combate à pobreza e à exclusão social na infância, enquadrada numa abordagem científica transdisciplinar e está organizado em torno de quatro eixos. A CNPDPCJ tem vindo a participar no eixo da proteção contra a violência, exploração, abuso e negligência, que integra quatro linhas de ação centradas na qualificação das respostas do sistema de promoção e proteção da infância, através do desenvolvimento de projetos que aumentem a qualidade e de novos modelos de avaliação e intervenção, ao nível do acolhimento familiar, reunificação familiar, adoção e apadrinhamento civil e audição, participação e representação efetiva da criança, de forma a promover políticas públicas que garantam a proteção e o seu bem-estar.

Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências

A CNPDPCJ fez também parte integrante do grupo de parceiros que contribuem para o desenvolvimento do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências, Horizonte 2020. Neste sentido, está representada nos seguintes grupos de trabalho: Subcomissão de Informação e Investigação, Subcomissão Dissuasão, Subcomissão Prevenção, Redução de Riscos e Minimização de Danos, Tratamento e Reinserção/Intervenção em Contextos, Subcomissão de Comunicação e Formação e no grupo de trabalho da Rede de Referência/Articulação para crianças e jovens com comportamentos aditivos e dependências e com processos de promoção e proteção. No âmbito deste grupo, encontra-se em fase de elaboração um guia de orientação.

Na prossecução do objetivo primordial de garantir a melhoria da qualidade das respostas e intervenções dirigidas às crianças e jovens em situação de risco/perigo que são recebidas nas Comissões de Dissuasão da Toxicodependência (CDT) e comunicadas às CPCJ, foram dinamizadas reuniões de trabalho com a Equipa Multidisciplinar para a Coordenação da Área da Dissuasão. Do desenvolvimento destes trabalhos resultou a construção de um circuito de articulação entre o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD) e a CNPDPCJ, através das CDT e das CPCJ, tendo em vista a economia de recursos e a eficácia das respostas. Este protocolo de articulação foi assinado em dezembro de 2019.

O presente circuito deverá ter em consideração as especificidades das entidades envolvidas: CDT e CPCJ. Entre outros fatores, destacam-se a dimensão, a área geográfica, as características do território e da população alvo-final da intervenção, os recursos disponíveis e as eventuais relações já existentes, bem como as ações ou acordos/protocolos estabelecidos com as CPCJ locais, em articulação com a correspondente Equipa Técnica Regional da CNPDPCJ.

O diagrama infra expõe a dinâmica do circuito de agilização entre as instituições e as respetivas “equipas-chave” deste modelo de ação:

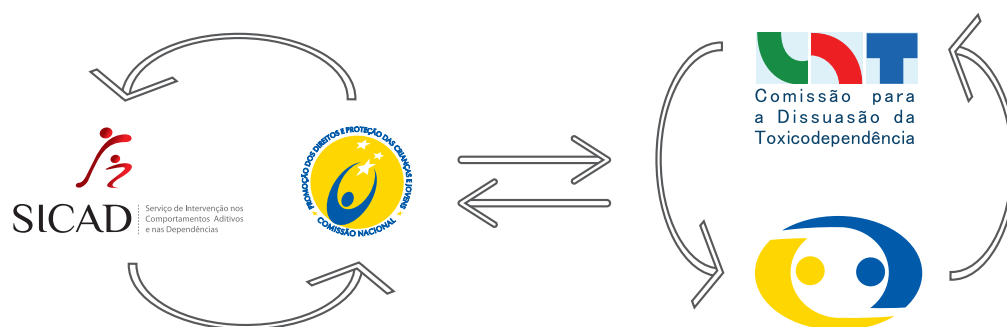


Figura n.º 18

Diagrama do circuito de articulação entre o SICAD e a CNPDPCJ

Seminário Prevenção Integrada de Situações e Comportamentos de Risco: Reflexões & Desafios

<https://www.ulusofona.pt/agenda/prevencao-integrada-situacoes>

A CNPDPCJ fez parte integrante dos parceiros da comissão organizadora do Seminário Prevenção Integrada de Situações e Comportamentos de Risco: Reflexões & Desafios, promovido pela Universidade Lusófona e que teve lugar no dia 19 de março.

Esta iniciativa teve como objetivo promover o debate entre os profissionais das instituições parceiras sobre as problemáticas do consumo de drogas, dos comportamentos desviantes e da promoção de direitos e proteção de crianças e jovens, numa lógica transversal e multidisciplinar, privilegiando o discurso e as práticas psicológicas.

Rede por Todos

No âmbito das suas atribuições, em 2019, a CNPDPCJ manteve a sua colaboração ativa no grupo de trabalho – Rede por Todos – Rede para o desenvolvimento da responsabilidade social no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança social (MTSSS), que integra mais de 16 serviços. Esta rede tem como objetivo promover iniciativas direcionadas para diferentes domínios da temática da responsabilidade social, em particular, ações distribuídas pelos pilares da sustentabilidade social, ambiental, económica e cultural, fazendo corresponder cada uma das ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Assim, a CNPDPCJ colaborou na elaboração do plano de atividades desta Rede, contribuindo ativamente para as diferentes ações, nomeadamente através da redação de artigos informativos sobre temáticas dos direitos das crianças e jovens e outras atividades ou campanhas desenvolvidas pela CNPDPCJ para publicação nas *newsletter*, bem como através da participação na Campanha “*Dress a Girl Around the World*” – Portugal, na aquisição de tecido, e nas campanhas do “Dia do Escritório Limpo” e “Plantação de Árvores”.

Grupos de trabalho

A CNPDPCJ participou ainda em grupos de trabalho no âmbito da violência doméstica, no grupo de trabalho interinstitucional “Crianças e jovens Refugiados”, bem como em outros grupos de trabalho interinstitucional, de âmbito local e regional, da Rede Social.

Assinala-se ainda a sua participação, enquanto entidade coordenadora, no grupo de trabalho interinstitucio-

nal de elaboração do documento oficial do Observatório de Saúde Mental, o qual foi apresentado publicamente, em 2019, no Concelho de Soure. Este grupo de trabalho prossegue funções, tendo em vista a implementação do referido Observatório de Saúde Mental.

Representações e participações diversas

Com o objetivo de criar sinergias nacionais e internacionais geradoras da melhoria do sistema de promoção e proteção da infância e juventude, a CNPDPCJ participou, no ano de 2019, em 116 iniciativas nacionais, de natureza diversa. No âmbito internacional, salientam-se as participações no **12th European Forum on the Rights of the Child** (Bruxelas, 02 e 03 de abril de 2019), no **Seminário Internacional “The Effective Protection of Refugee and Migrant Children in Portugal”** (Lisboa, 27 e 28 de maio de 2019), na **Conferência Internacional sobre tráfico de crianças e Jovens “Garantir o superior interesse dos menores. Conhecer para agir”** (Lisboa, 17 de outubro de 2019), nas **I Jornadas Internacionais da Associação EMDR** (Lisboa, 18 de novembro de 2019), no **Seminário Internacional “Saúde Infantil, Promoção e Proteção: Alicerces Rumo a um Futuro com mais Saúde”** (Lisboa, 29 de novembro de 2019), na ação **“First Responder Missing Children Training”** (Lisboa, 2 e 3 de dezembro de 2019) e no **XI Seminário Internacional de Serviço Social “Direitos e Bem-Estar da Criança, Acolhimento & Serviço Social”** (Lisboa, 13 de dezembro de 2019).

Destas participações, 102 assumiram atividades de representação institucional ou mesmo um papel mais ativo, com intervenção especializada sobre a promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens, nos encontros, seminários, congressos, colóquios ou conferências, destacando-se, neste domínio, a participação ativa das Equipas Técnicas Regionais.

Protocolos de parceria – estágios curriculares

No âmbito do protocolo de parceria celebrado em 2018, com o **ISCTE – IUL Instituto Universitário de Lisboa**, a CNPDPCJ integrou e acompanhou em 2019, dois estágios curriculares de alunas de Mestrado em Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco, e um estágio de uma aluna do curso de Mestrado em Econometria Aplicada e Previsão, do **ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão**.

4.2. Projetos/parcerias/reuniões de trabalho Internacionais

Projeto SUPPORTS – Supporting Children in the delicate phase between adolescence and adulthood while leaving alternative care facilities

A CNPDPCJ é parceira do Projeto **SUPPORTS – Supporting Children in the delicate phase between adolescence and adulthood while leaving alternative care facilities**, iniciado em fevereiro de 2019 e com a duração de 24 meses. O seu principal objetivo é o de promover a participação de crianças e jovens na vida das instituições onde estão acolhidos e nas decisões que lhes dizem respeito; capacitar profissionais para uma melhor promoção da participação; criar uma rede local de apoio de crianças e jovens após a saída das instituições; promover o acompanhamento do projeto por parte de jovens e de instituições chave; criar e disseminar materiais informativos.

Este projeto decorre em Portugal, na Bulgária e em Itália e conta com o apoio financeiro da Comissão Europeia.

Em Portugal, o Projeto SUPPORTS é desenvolvido pelo CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social em estreita parceria com a Câmara Municipal de Matosinhos onde as ações decorrem. A CNPDPCJ é membro do Conselho Consultivo, a par de outras entidades de âmbito nacional.

IJCC – Improving Justice in Child Contact: children affected by domestic violence

O projeto IJCC é um projeto de investigação-ação que decorre em cinco países europeus (Portugal, Escócia, Chipre, Bulgária e Roménia), desde novembro de 2018. O país coordenador é a Escócia, através da Universidade de Edimburgo, em parceria com a *Scottish Women's Aid*. Portugal é parceiro deste projeto através da UMAR-CESIS.

O seu principal objetivo é promover a participação de crianças e jovens nas decisões judiciais acerca dos seus direitos de contacto com os/as progenitores/as, em famílias em contexto de violência doméstica, garantindo simultaneamente os direitos das crianças e os direitos de proteção das vítimas.

A CNPDPCJ tem contribuído para o desenvolvimento deste projeto ao integrar o Fórum Multissetorial do Projeto IJCC. Este Fórum contribui, nomeadamente, para a identificação de barreiras e fatores facilitadores de uma justiça amiga das crianças (no que diz respeito aos processos nos quais os direitos de contacto de crianças e jovens com os/as progenitores/as, em famílias envolvidas em situações de violência doméstica, esteja em debate); e no desenho de planos de ação.

Este projeto desenvolve experiências-piloto nos concelhos de Lisboa e Almada, utilizando a metodologia *Power Up-Power Down*, já validada e com resultados positivos no país coordenador, que convida crianças e jovens vítimas de violência doméstica a expressarem as suas opiniões e assim contribuir para uma melhor adequação das decisões em processos judiciais nos quais são decididas as residências e tempos de convívio. Foi também constituído um grupo de jovens especialistas, com idades compreendidas entre os 18 e os 27 anos, que tiveram alguma forma de contacto com o Tribunal por terem vivido num contexto familiar de violência doméstica, pretendendo-se que as suas experiências e opiniões possam contribuir para a melhoria do sistema de justiça na sua relação com estas crianças e jovens.

A CNPDPCJ, no ano de 2019, participou em três reuniões de trabalho do Fórum Multissetorial do projeto IJCC.

Projeto PROMISE - Promover o Envolvimento e o Compromisso Social dos Jovens: Oportunidades e desafios para os jovens “em conflito” na Europa.

A CNPDPCJ integrou a Rede Consultiva de Políticas e Práticas (RCPP) do PROMISE, projeto de pesquisa colaborativa que explora o papel da juventude na construção da sociedade, focando-se particularmente nas pessoas jovens “em conflito” com a autoridade. Coordenado pela Universidade de Manchester, esteve em execução entre maio de 2016 e abril de 2019 e envolveu 12 entidades colaboradoras em 10 países europeus diferentes. Em Portugal, o PROMISE foi desenvolvido por uma equipa de pessoas investigadoras da Universidade Católica Portuguesa – Porto, tendo sido realizados dois estudos de casos etnográficos, um com pessoas jovens com percursos de risco psicossocial e comportamento desviante e outro com ativistas em questões de género e sexualidade.

<http://www.promise.manchester.ac.uk/pt/pagina-inicial/>

Edy Care – Innovative School Education Methodologies and Tools for Guaranteeing Social Inclusion of Young Carers

A CNPDPCJ foi parceira deste projeto europeu, que decorreu entre outubro de 2017 e março de 2020 e pretendeu desenvolver metodologias e ferramentas inovadoras de educação escolar para garantir a inclusão social de pessoas jovens cuidadoras (entre os 16 e os 19 anos). Coordenado pela Universidade de Linneus – Suécia, em Portugal esteve a cargo da “Cuidadores de Portugal”. Teve como objetivos desenvolver uma ferramenta para ajudar professores/as e não docentes (das áreas da psicologia, enfermagem, entre outras) a identificar pessoas jovens cuidadoras e promover estratégias educativas, organizacionais e didáticas para melhor as apoiar.

Da sua execução em Portugal, ressaltou a ausência significativa ou mesmo total de respostas de apoio a pessoas jovens cuidadoras informais, colocando em risco a sua saúde física e mental, bem como aumentando a probabilidade de pobreza e exclusão social, com potencial impacto negativo no seu desenvolvimento e qualidade de vida.

<https://eurocarers.org/current-projects/edycare/>

Workshops com crianças e jovens sobre procedimentos de avaliação da idade, em parceria com o Conselho da Europa

A CNPDPCJ foi selecionada e contratada pelo Conselho da Europa para realizar *workshops* com a participação de crianças e jovens em torno da temática dos procedimentos de avaliação da idade. Em janeiro de 2019, foram realizadas quatro edições dos *workshops* em apreço, cujos resultados integraram o relatório [“We are children, hear us out!”](#) (2019), produzido e publicado pelo Conselho da Europa, que também congregou dados apurados na Alemanha, no Chipre e na Grécia.



Figura n.º 19

Capa do Relatório “We are children, hear us out!”

Em resultado do trabalho então desenvolvido, a CNPDPCJ foi convidada pelo Conselho da Europa a elaborar uma brochura em linguagem amigável das crianças, relativa a procedimentos de avaliação da idade que respeitem os direitos da criança. A brochura, dirigida a crianças e jovens, foi publicada em novembro de 2019, em duas versões: uma em língua portuguesa; outra bilingue, em língua francesa e inglesa.

<https://www.cnpdpcj.gov.pt/cnpdpcj2>



Figura n.º 20

Capa da brochura “Uma avaliação de idade que respeita os direitos da criança”

Grupo de trabalho da Eliminação da Violência contra as Crianças do Conselho da Europa

A CNPDPCJ, através da respetiva Presidência, enquanto representante de Portugal, participou nas reuniões e atividades do Grupo de Peritos sobre as Respostas à Violência Contra Crianças (CAHENF-VAC), fórum especializado dos direitos das crianças do Conselho da Europa, em linha com a Estratégia do Conselho da Europa para os Direitos da Criança, tendo em vista a implementação deste instrumento a nível nacional, designadamente do eixo “Uma vida livre de violência para todas as crianças”.

Destes encontros de trabalho são produzidos documentos de reflexão e de suporte à decisão europeia e nacional em matéria de políticas públicas, de estratégias e de boas práticas de promoção e proteção da infância e juventude, mormente as que dizem respeito ao combate de todas as formas de violência contra as crianças.

Comité Ad Hoc para os Direitos da Criança

A CNPDPCJ assumiu neste ano a representação nacional no Bureau do Comité Ad Hoc para os Direitos da Criança (CAHENF) – fórum especializado dos direitos das crianças do Conselho da Europa, em linha com a Estratégia do Conselho da Europa para os Direitos da Criança, tendo em vista a implementação deste instrumento a nível nacional.

Iniciativa Bilateral “Promover a proteção dos direitos da criança em áreas prioritárias”, Portugal-Noruega



Oslo

Iceland
Liechtenstein
Norway grants

A CNPDPCJ deu prossecução à coordenação da execução da Iniciativa Bilateral “Promover a proteção dos direitos da criança em áreas prioritárias”, que desenvolve em parceria com a Agência para o Bem-Estar das Crianças e das Famílias do Município de Oslo, Noruega. Da Iniciativa, totalmente financiada pelo Fundo de Relações Bilaterais das *EEA Grants*, resultará um glossário temático e um referencial digital de boas práticas dos sistemas de proteção e da promoção dos direitos da criança, com foco na sua participação e na audição da criança em contextos de especial vulnerabilidade, cujo lançamento foi apresentado publicamente na sessão de abertura do Seminário internacional abaixo referenciado. Foram assim desenvolvidas as atividades previstas no plano de trabalho aprovado, entre as quais reuniões técnicas e *workshops* temáticos que congregaram representantes de entidades nacionais de ambos os países, que operam em diversos setores de atividade no âmbito da infância e juventude e cuja intervenção concorre para a promoção e proteção dos direitos das crianças.

Seminário internacional “Pensar a participação das crianças na tomada de decisão pública”

Tratou-se de um evento enquadrado no âmbito da supracitada iniciativa bilateral, que teve lugar a 2 de julho de 2019, na Assembleia da República e foi levado a cabo por Anders Erdal, Embaixador da Noruega em Portugal, Susana Ramos, Coordenadora da Unidade Nacional de Gestão dos *EEA Grants* Portugal, e por Odete Severino, então Vice-Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, no qual participaram diversos intervenientes internacionais com vasta experiência na área da promoção dos direitos das crianças.



Figura n.º 21

Fotografia da divulgação oficial do Seminário

(Fonte: Website dos EEA Grants)

Compromissos internacionais sobre a infância

Enquanto entidade cuja missão visa contribuir para a planificação da intervenção do Estado e para a coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens, a Comissão Nacional responde aos compromissos internacionais de Portugal em matéria de direitos da criança, nomeadamente os consagrados nas Convenções e Protocolos das Nações Unidas e do Conselho da Europa dos quais é Estado-Parte, bem como de outras organizações internacionais ou da União Europeia, de que Portugal é Estado-Membro.

Em 2019, a CNPDPCJ contribuiu de diversas formas para o cumprimento das obrigações de Portugal no plano internacional, incluindo no âmbito:

- Do 3.º Exame Periódico Universal de Portugal pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que decorreu a 8 de maio de 2019, em Genebra;
- Do diálogo com o Comité das Nações Unidas contra a Tortura, que decorreu a 19 e 20 de novembro de 2019, a propósito do 7.º relatório de Portugal sobre a implementação da Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes;
- Da elaboração do 5.º relatório nacional sobre a implementação do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais;
- Do segundo ciclo de monitorização da implementação da Convenção de Lanzarote, o qual se centra concretamente na proteção das crianças contra o abuso e a exploração sexual facilitados pelas tecnologias de informação e de comunicação.

Sublinha-se, ainda, o diálogo de Portugal com o Comité das Nações Unidas dos Direitos da Criança, que decorreu em Genebra, a 19 e 20 de setembro, em torno dos 5.º e 6.º relatórios nacionais sobre a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança, tendo a Comissão Nacional, através da sua Presidente, Rosário Farmhouse, assumido a chefia técnica da Delegação Nacional que integrou representantes das áreas ministeriais dos Negócios Estrangeiros, Administração Interna, Justiça, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde, bem como do Alto Comissariado para as Migrações. O diálogo estabelecido permitiu o delinear de lições aprendidas e o desenho de boas práticas a aplicar no empreendimento de um futuro melhor para todas as crianças e jovens em Portugal, assumindo particular simbolismo por ocorrer no ano em que se celebrou o 30.º aniversário desta Convenção, o instrumento internacional que, por excelência, universaliza os direitos de todas as crianças e jovens. As conclusões desta sessão de trabalho podem ser consultadas em: [https://www.unog.ch/unog/website/news_media.nsf/\(httpNewsByYear_en\)/8E40B8C2151C927F-C125847B004620B6?OPENDOCUMENT](https://www.unog.ch/unog/website/news_media.nsf/(httpNewsByYear_en)/8E40B8C2151C927F-C125847B004620B6?OPENDOCUMENT)

Outras intervenções da CNPDPCJ relativas a instrumentos jurídicos internacionais com impacto na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens

O comentário geral n.º 13 do Comité dos Direitos da Criança da ONU sobre o direito da criança a não ser objeto de nenhuma forma de violência foi traduzido pela CNPDPCJ para a língua portuguesa, com vista à sua divulgação junto das CPCJ, das ECMIJ e demais intervenientes da sociedade civil que partilham a responsabilidade comum de promover os direitos das crianças em Portugal, bem como de as proteger.

A CNPDPCJ atualizou e aperfeiçoou fluxos de comunicação a utilizar para o célere tratamento e resolução de situações relativas a crianças e jovens, incluindo solicitações de intervenção de carácter internacional, o que redundou na emissão de um Ofício-Circular sobre a matéria, visando incrementar a eficácia e a eficiência da ação das CPCJ, no respeito pelos preceitos estabelecidos na legislação nacional e internacional vigentes. Tal decorreu paralelamente à articulação que estabeleceu com a Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ), Autori-

dade Central Portuguesa para a aplicação do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho, de 27 de Novembro, relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental, bem como com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), Autoridade Central Portuguesa para a aplicação da Convenção de Haia de 19 de outubro de 1996, relativa à Competência, à Lei Aplicável, ao Reconhecimento, à Execução e à Cooperação em Matéria de Responsabilidade Parental e Medidas de Proteção das Crianças.

5. Recursos humanos e financeiros

5.1. Recursos humanos

De acordo com o disposto no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 190/96, de 09 de outubro, na sua atual redação, apenas existe obrigatoriedade de elaboração de balanço social quando os organismos da administração pública central tenham um mínimo de 50 pessoas trabalhadoras ao seu serviço, qualquer que seja a respetiva relação jurídica de emprego.

Apesar do suprarreferido, e procedendo a uma análise comparativa entre o número de efetivos no início do ano e os apurados a 31 de dezembro de 2019, verifica-se um aumento significativo de postos de trabalho da CNPDPCJ, nas seguintes modalidades de contratação e distribuição por género:

Tabela n.º 2

Mobilidades de contratação e distribuição por género

Vínculo	1 de janeiro			31 de dezembro		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Mobilidade Interna	19	7	27	17	7	36
Cedência Pública	3			2		
Contrato	11			23		
Proc. Mobilidade intercarreira a decorrer	1			1		
Total		34			43	

Relativamente às carreiras profissionais, verifica-se que maioria dos/as colaboradores/as da CNPDPCJ são técnicos/as superiores.

- Assistentes Operacionais – 3
- Assistentes Técnicos/as – 5
- Técnicos/as Superiores – 35

Neste âmbito, salienta-se que, tendo em consideração que a atual estrutura orgânica da CNPDPCJ, criada em 10 de novembro de 2017, os objetivos para 2019 priorizaram a continuidade da reestruturação da mesma e a construção de uma nova cultura organizacional, dando origem à constituição dos seguintes núcleos funcionais:

- Núcleo de Apoio à Presidência
- Núcleo de Relações Internacionais
- Núcleo de Planeamento Estratégico e Projetos
- Núcleo de Apoio Jurídico
- Núcleo Administrativo e Financeiro
- Núcleo da Formação
- Núcleo de Avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
- Núcleo de Comunicação, Edição e Eventos
- Núcleo de Tecnologias de Informação
- Projeto Adélia – Apoio à Parentalidade Positiva
- Equipas Técnicas Regionais (Norte, Centro, Lisboa, Santarém e Setúbal, Alentejo e Algarve)

O desenho da nova estrutura organizacional teve em consideração não só a missão e as atribuições da CNPDPCJ, mas igualmente os recursos humanos existentes e necessários, as suas competências e perfis, de forma a agilizar e desenvolver o fluxo de trabalho e os instrumentos anteriormente inexistentes, mas essenciais à

tomada de decisão e à eficiência e qualidade dos serviços prestados.

Dessa reestruturação, resultou uma maior agilização e formalização da gestão administrativa e financeira, potenciando o cumprimento efetivo dos objetivos subjacentes ao controlo da despesa e à transparência dos respetivos processos, através do desenvolvimento de novos instrumentos de trabalho, da definição de fluxos e procedimentos e da elaboração de regulamentos internos, assim como a otimização da gestão dos recursos humanos através da partilha de informação (Secretaria-Geral/CNPDPCJ) e a implementação de um sistema de controlo interno.

5.2. Formação interna

Considerando a fase de consolidação da reestruturação interna e organizacional anteriormente referida, bem como as cativações orçamentais, que impossibilitaram o recurso a ações de formação especializadas no âmbito da proteção das crianças e jovens, a CNPDPCJ atribuiu prioridade à realização de ações transversais à administração pública promovidas pela Secretaria-Geral do MTSSS, a título gratuito. Nesse âmbito, no decorrer de 2019, 16 colaboradores/as da CNPDPCJ participaram em 22 ações de formação em regime presencial, perfazendo um total de 435 horas.

O quadro infra sistematiza as temáticas das ações de formação frequentadas pelos/as colaboradores/as.

Tabela n.º 3

Ações de formação frequentadas por colaboradores/as da CNPDPCJ

Ação de formação	Área de formação	Duração (Horas)	Data de Realização
Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal – Norma 4552/2016	345 – Gestão e Administração	8	17 e 18 de junho
Promoção de uma Cultura Organizacional conciliadora	345 – Gestão e Administração	3	14 de março
Folha de cálculo – Funcionalidades Avançadas	482 – Informática na ótica do utilizador	25	18, 19, 20, 21, 22, 25 e 26 de março
Preparação, Elaboração e Controlo do Orçamento nos Serviços Públicos	345 – Gestão e Administração	21	25, 26, 28 de junho e 1 de julho
Aspetos Práticos sobre o SIADAP	345 – Gestão e Administração	14	21 e 22 de março
Conferência “Lei da Proteção de Dados Pessoais”	345 – Gestão e Administração	3	16 de dezembro
Técnicas para Gerir o Stress	090 – Desenvolvimento Pessoal	21	13, 14 e 15 de novembro
Gestão de Eventos e Protocolo	345 – Gestão e Administração	14	7 e 8 de novembro
Luta contra Incêndios	862 – Segurança e Saúde no Trabalho	23,5	27, 28 e 29 de novembro
Ficheiro e Base de Dados Access	482 – Informática na ótica do utilizador	25	6 a 14 de maio

Ação de formação	Área de formação	Duração (Horas)	Data de Realização
Burnout – Estratégias de Prevenção	345 – Gestão e Administração	3	14 de maio
Formação Pedagógica Inicial de Formadores	345 – Gestão e Administração	96	25 de março a 30 de maio
Planeamento e Moderação de Reuniões	090 – Desenvolvimento Pessoal	14	18 e 19 de março
Design Thinking para a Inovação	345 – Gestão e Administração	21	14 a 16 de outubro
Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública	344 – Contabilidade e Finanças	21	18, 19 e 20 de setembro

Foi promovida pela CNPDPCJ, em dezembro de 2019, uma ação formativa, visando o desenvolvimento de competências de facilitação e gestão do equilíbrio entre as esferas profissional, familiar e pessoal, com a duração de 7 horas.

Foi também dinamizada internamente uma sessão formativa subordinada ao tema “Avaliação e diagnóstico dos maus-tratos/abusos contra crianças e jovens”, dirigida a pessoas colaboradoras da CNPDPCJ, que decorreu num período de meio dia.

Numa lógica de continuidade ao incentivo de consolidação de boas práticas no funcionamento e articulação entre as equipas, foram realizadas durante o ano de 2019, duas ações de formação, com a duração de quatro horas cada. Estas ações, ministradas pela Presidente da CNPDPCJ, tiveram como objetivos: melhorar as competências relacionais, a partilha de valores, a confiança, a cooperação, a gestão integradora de conflitos e o foco nos processos.

Com o propósito de atualizar conhecimentos técnico-jurídicos na esfera da promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens, tiveram ainda lugar duas ações formativas subordinadas ao tema “O Sistema de Promoção e Proteção”, ministradas pela Vice-Presidente da CNPDPCJ, com a duração aproximada de três horas cada.

5.3. Recursos financeiros

O orçamento da CNPDPCJ é repartido em funcionamento e projetos cofinanciados (PO ISE e CRESC Algarve) e em 2019 a dotação total foi 11 733 402,00€, com uma execução orçamental de 9 378 567,34€, equivalendo a um grau de execução de 79,93%.

No orçamento da CNPDPCJ, a rubrica com maior peso foi a inscrita na D.04 – transferências correntes, referente ao apoio ao funcionamento atribuído às comissões de proteção de crianças e jovens, nos termos do artigo 14.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, na sua atual redação, e ao apoio técnico, concedido ao abrigo do artigo 20.º desse mesmo diploma legal.

Tabela n.º 4

Execução orçamental de 2019

Classificação económica	Dotação corrigida (liquida de cativos)	Execução orçamental	Peso Rel. EO	% EO
D.01 – Despesas com pessoal	2 064 436,00 €	1 408 751,96 €	17,59%	68,24%
D. 02 – Aquisição de bens e serviços	1 839 265,00 €	372 413,37 €	15,68%	20,25%
D. 04 – Transferências correntes	7 527 688,00 €	7 334 230,77 €	64,16%	97,43%
Apoio ao funcionamento (14.º)	7 104 368,00 €	7 104 368,00 €	60,55%	100,00%
Apoio técnico (20.º A)	423 320,00 €	423 320,00 €	3,61%	100,00%
D. 06 – Outras despesas correntes	257 643,00 €	249 078,00 €	2,20%	96,68%
D. 07 – Aquisição de bens de capital	44 370,00 €	14 093,24 €	0,38%	31,76%
Total	11 733 402,00 €	9 378 567,34 €	100,00%	79,93%

Como referido, a CNPDPCJ é beneficiária de vários programas de financiamento, nomeadamente do PO ISE, do CRESC Algarve 2020 – Programa Operacional do Algarve, dos *EEA Grants* – Fundo de Relações Bilaterais, da Comissão Europeia no âmbito do *Justice Programme* (JUST) e do Conselho da Europa.

Conforme quadro infra, a globalidade dos projetos aprovados corresponde a um investimento de 5 656 493,52 €, tendo a CNPDPCJ recebido, até ao final de 2019, 1 079 691,99 €, submeteu a reembolso o montante de 1 132 692,73 €.

Tabela n.º 5

Projetos cofinanciados

Projeto	Montante Aprovado	Taxa Cofinanciamento	Pedido Pagamento Apresentados	Montante Pago
ALG-06-4538-FSE-000006 – Formação de técnicos e outros profissionais das CPCJ	125 000,00 €	80%	45 547,00 €	15 000,00 €
POISE-03-4538-FSE-000440 – Formação de Docentes, Técnicos e Outros Profissionais das CPCJ - Alentejo	508 436,44 €	85%	154 239,29 €	122 340,53 €
POISE-03-4538-FSE-000441 – Formação de Docentes, Técnicos e Outros Profissionais das CPCJ - Norte	638 963,08 €	85%	209 300,70 €	162 807,84 €
POISE-03-4538-FSE-000442 – Formação de Docentes, Técnicos e Outros Profissionais das CPCJ - Centro	835 215,51 €	85%	257 332,64 €	204 956,66 €

Projeto	Montante Aprovado	Taxa Cofinanciamento	Pedido Pagamento Apresentados	Montante Pago
POISE-03-4538-FSE-000476 – Apoio à Parentalidade positiva - Alentejo	726 000,00 €	85%	100 178,89 €	92 861,21 €
POISE-03-4538-FSE-000477 – Apoio à Parentalidade positiva - Norte	957 000,00 €	85%	158 068,89 €	122 407,96 €
POISE-03-4538-FSE-000478 – Apoio à Parentalidade positiva - Centro	1 617 000,00 €	85%	195 106,63 €	206 827,24 €
*REC-RCHI-PROF-AG-2019 – JUS (Justice for Children)	206 371,97 € (Aprovado CN - 90 505,95 €)	80%	0,00 €	132 078,06 € (Adiantamento CN - 57 923,81 €)
**Child-friendly Brochure on the rights of children in age assessment	5 824,24 €	100%	5 385,69 €	5 385,69 €
**Workshops "Age Assessment from a Child's Perspective"	590,00 €	100%	590,00 €	590,00 €
PT - NO	36 092,28 €	100%	6 943,00 €	14 436,80 €
Total	5 656 493,52 €		1 132 692,7 €	1 079 691,9 €

*Projeto em parceria com outras entidades, em que a CNPDPCJ assume o papel de líder do consórcio.

**Projeto concluído.

ERRATA

Relativamente ao ponto 5.3 Recursos Financeiros, constante das pág. 51 a 53 do Relatório, deve ser considerada a informação infra.

5.3. Recursos financeiros

O orçamento da CNPDPCJ é repartido em funcionamento e projetos cofinanciados (PO ISE e CRESC Algarve) e em 2019 a dotação total foi 11 116 679,00 €, com uma execução orçamental de 9 131 019,54 €, equivalendo a um grau de execução de 82,14%.

No orçamento da CNPDPCJ, a rubrica com maior peso foi a inscrita na D.04 – transferências correntes, referente ao apoio ao funcionamento atribuído às comissões de proteção de crianças e jovens, nos termos do artigo 14.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, na sua atual redação, e ao apoio técnico, concedido ao abrigo do artigo 20.º desse mesmo diploma legal.

Tabela n.º 4

Execução orçamental de 2019

D.01	Despesas c/ pessoal	Dotação disponível	Pagamentos efetuados	Taxa execução Pagamentos %
	Fonte Fin. 129 ¹	1 214 778,00	1 198 931,09	98,70%
	Fonte Fin. 169 ²	92 902,00	31 496,56	33,90%
	Fonte Fin. 242 ³	704 727,00	178 324,31	25,30%
	Fonte Fin. 248 ⁴	15 541,00	0,00	0,00%
	Fonte Fin. 282 ⁵	713,00	0,00	0,00%
	Totais	2 028 661,00	1 408 751,96	69,44%
D.02	Aquisição bens/serviços	Dotação disponível	Pagamentos efetuados	Taxa execução Pagamentos %
	Fonte Fin. 129	109 371,00	100 830,61	92,19%
	Fonte Fin. 169	203 299,00	91 944,24	45,23%
	Fonte Fin. 242	699 550,00	170 504,69	24,37%
	Fonte Fin. 246	477 125,00	0,00	0,00%
	Fonte Fin. 248	15 780,00	1401,36	8,88%
	Fonte Fin. 282	14 426,00	7732,47	53,60%
	Totais	1 519 551,00	372 413,37	24,51%

¹ Fonte Fin. 129 – Transferências de Receitas próprias (RP) entre organismos.

² Fonte Fin. 169 – Transferências de Receitas Próprias afetas a Projetos Cofinanciados.

³ Fonte Fin. 242 – Fundo Social Europeu – PO Inclusão Social e Emprego.

⁴ Fonte Fin. 248 – Fundo Social Europeu – Crescer Algarve 2020 (EM).

⁵ Fonte Fin. 282 – Fundo Social Europeu – Outros.

D.04	Transferências correntes	Dotação disponível	Pagamentos efetuados	Taxa execução Pagamentos %
		7 503 029,00	7 334 230,77	97,75%
	Ap. funcionamento art.º 14	Dotação disponível	Pagamentos efetuados	Taxa execução Pagamentos %
	Apoio ao funcionamento	5 734 689,00	5 658 712,92	98,68%
	Apoio ao funcionamento – Açores	329 962,00	324 895,56	98,46%
	Apoio ao funcionamento – Madeira	205 905,00	202 384,32	98,29%
	Totais	6 270 556,00	6 185 992,80	98,65%
	Ap. técnico art.º 20.º A	Dotação disponível	Pagamentos efetuados	Taxa execução Pagamentos %
	Apoio tecnico	833 812,00	801 306,30	96,10%
	Reforço tecnico – IPSS	398 661,00	346 931,67	87,02%
	Totais	1 232 473,00	1 148 237,97	93,17%
D.06	Outras despesas correntes	Dotação disponível	Pagamentos efetuados	Taxa execução Pagamentos %
	Fonte Fin. 129	12 489,00	1516,20	12,14%
	Fonte Fin. 169	8579,00	14,00	0,16%
	Totais	21 068,00	1530,20	7,26%
D.07	Aquisição de bens de capital	Dotação disponível	Pagamentos efetuados	Taxa execução Pagamentos %
	Fonte Fin. 129	42 401,00	14 093,24	33,24%
	Fonte Fin. 169	1969,00	0,00	0,00%
	Totais	44 370,00	14 093,24	31,76%
	TOTAL	11 116 679,00	9 131 019,54	82,14%

Como referido, a CNPDPCJ é beneficiária de vários programas de financiamento, nomeadamente do PO ISE, do CRESC Algarve 2020 – Programa Operacional do Algarve, dos *EEA Grants* – Fundo de Relações Bilaterais, da Comissão Europeia no âmbito do *Justice Programme* (JUST) e do Conselho da Europa.

Conforme quadro infra, a globalidade dos projetos aprovados corresponde a um financiamento de 5 656 493,52 €, tendo a CNPDPCJ recebido, até ao final de 2019, 1 079 691,99 €, submeteu a reembolso o montante de 1 132 692,73 €.

Tabela n.º 5

Projetos cofinanciados

Projeto	Montante Aprovado	Taxa Cofinanciamento	Pedido Pagamento Apresentados	Montante Pago
ALG-06-4538-FSE-000006 – Formação de técnicos e outros profissionais das CPCJ	125 000,00 €	80%	45 547,00 €	15 000,00 €
POISE-03-4538-FSE-000440 – Formação de Docentes, Técnicos e Outros Profissionais das CPCJ – Alentejo	508 436,44 €	85%	154 239,29 €	122 340,53 €
POISE-03-4538-FSE-000441 – Formação de Docentes, Técnicos e Outros Profissionais das CPCJ – Norte	638 963,08 €	85%	209 300,70 €	162 807,84 €
POISE-03-4538-FSE-000442 – Formação de Docentes, Técnicos e Outros Profissionais das CPCJ – Centro	835 215,51 €	85%	257 332,64 €	204 956,66 €
POISE-03-4538-FSE-000476 – Apoio à Parentalidade positiva – Alentejo	726 000,00 €	85%	100 178,89 €	92 861,21 €
POISE-03-4538-FSE-000477 – Apoio à Parentalidade positiva – Norte	957 000,00 €	85%	158 068,89 €	122 407,96 €
POISE-03-4538-FSE-000478 – Apoio à Parentalidade positiva – Centro	1 617 000,00 €	85%	195 106,63 €	206 827,24 €
*REC-RCHI-PROF-AG-2019 – JUS (Justice for Children)	206 371,97 € (Aprovado CN – 90 505,95 €)	80%	0,00 €	132 078,06 € (Adiantamento CN – 57 923,81 €)
**Child-friendly Brochure on the rights of children in age assessment	5824,24€	100%	5385,69€	5385,69€
**Workshops “Age Assessment from a Child’s Perspective”	590,00 €	100%	590,00€	590,00€
PT – NO	36 092,28 €	100%	6943,00€	14 436,80€
Total	5 656 493,52€		1 132 692,7€	1 079 691,9€

*Projeto em parceria com outras entidades, em que a CNPDPCJ assume o papel de líder do consórcio.

**Projeto concluído.

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ)

Praça de Londres, n.º 2 – 2.º

1049-056 Lisboa

Tel. (+351) 300 509 717 | 300 509 738

E-mail: cnpdpcj.presidencia@cnpdpcj.pt

 www.cnpdpcj.gov.pt

 www.facebook.com/CNPDPJ

 www.instagram.com/cnpdpcj

 CNPDPCJ

